

Conheça algumas vantagens de ser associado ANFIP

Auditor Fiscal, Seja um associado ANFIP

Além do apoio Jurídico e do acompanhamento, em todos os Poderes da República, dos assuntos atinentes ao cargo de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, a ANFIP oferece agora, de forma mais dinâmica, interativa e transparente, muitos outros benefícios que só quem é ASSOCIADO pode USUFRUIR.

Quer se associar? Então venha conhecer um pouco mais das vantagens que a ANFIP tem a lhe oferecer:

– **Reembolso de Cursos:** contribuindo na qualificação profissional e no desenvolvimento cultural e humanístico dos associados, a ANFIP oferece REEMBOLSO de parte dos custos com algumas modalidades de cursos, como os de gestão pública e pós-graduação, de informática e de idiomas. O diferencial é que o programa inclui cursos de dança, yoga e pilates.

– **Auxílio Judiciário:** Trata-se de um AUXÍLIO FINANCEIRO, limitado a 50 mensalidades, concedido proporcionalmente ao período de

associação à Entidade.

– **Equipamentos de Informática:** outro programa de estímulo aos associados da ANFIP é a aquisição de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA por meio de financiamento. O valor pode chegar a R\$ 4 mil e ser pago em até 12 vezes.

– **Fundo de Auxílio Mútuo:** Está com algum caso grave de saúde e o plano de saúde não cobre? O fundo de auxílio mútuo, o Fundo FAM, foi criado para RESGUARDAR o associado nas situações em que ele mais pode precisar.

– **Auxílio Funeral:** Ajuda de custo para o funeral do associado, que pode ser REQUERIDO POR QUALQUER FAMILIAR, no prazo de até dois anos, a contar da data do óbito. O auxílio é pago pela ANFIP em, no máximo, dez dias úteis após o recebimento dos documentos.

– **ConsultÁgil:** Material composto de tabelas e informações para CONSULTA EM AÇÃO FISCAL (antigo Zebrinha). O sistema está

disponível on-line, em <http://consultagil.anfip.org.br/> (login da página restrita). O ConsultÁgil leva maior praticidade e facilidade ao dia-a-dia do associado.

E ainda tem mais! Os associados podem contratar o **PLANO DE SAÚDE** da Unimed, incluindo dependentes e agregados, rede que conta com mais de 110 mil médicos ativos, 107 hospitais próprios e 11 hospitais-dia, além de pronto-atendimento, laboratórios, ambulâncias e hospitais credenciados.

Existe ainda o plano **ODONTOLÓGICO** da operadora OdontoGroup e a plataforma de benefícios “ANFIP tem +Vantagens”, com a maior variedade de descontos em estabelecimentos parceiros.

Seja um associado ANFIP! Além de fazer parte de uma Entidade que tem mais de 70 anos de luta em defesa da carreira, você ajudará a construir uma história ainda mais exitosa. Dúvidas ou solicitação de filiação, contate cadastro@anfip.org.br.

Live – Série ANFIP debate impactos da Covid-19 na arrecadação

na Arrecadação Tributária e Aduaneira”. O encontro será às 10 horas, com transmissão pelo Facebook e Youtube da Entidade.

O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, e o vice-presidente de Comunicação Social, Benedito Cerqueira Seba, recebem:

- Marcos Hubner Flores – Subsecretário de Arrecadação, Cadastro e Atendimento Substituto
- Dário da Silva Brayner Filho – Assessor da Subsecretaria de Administração Aduaneira
- Claudemir Rodrigues Malaquias – Chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros

Anote na agenda e participe!

A Live – Série ANFIP da próxima quarta-feira (22/7) recebe representantes da Receita Federal do Brasil para um importante debate: “Covid-19 – Impacto

ANFIP se reúne com escritório Mota para discutir litispendências dos 3,17%

A vice-presidente de Assuntos Jurídicos da ANFIP, Maria Beatriz Fernandes Branco, e o advogado Rodrigo Cartafina se reuniram, nesta quinta-feira (16/7), com as advogadas Mariana Velho e Priscilla Abrietta, do escritório Mota & Advogados Associados, para tratar das litispendências da execução dos 3,17%.

Como foi informado no webinar realizado no último dia 9 de julho, o Superior Tribunal de Justiça vem reconhecendo litispendências de associados que executam, concomitantemente, o MS 6864, impetrado pela ANFIP, e o MS 4151, impetrado pela extinta Fenafisp.

O antigo relator das execuções da ANFIP, ministro Felix Fischer, excluiu vários litispendentes alegando que o processo da Fenafisp é mais antigo. O escritório Mota argumentou que os períodos são distintos, mas o ministro Fischer não entendeu dessa forma, até porque, de janeiro/2001 a abril/2002, os exequentes do MS 4151 receberam, em contracheque, pagamentos da rubrica 3,17% após o trânsito em julgado do mandado de segurança da

extinta Federação.

Segundo as advogadas do escritório Mota, o período executado no MS 4151, na maioria dos casos, é de julho/1995 a julho/1999 (poucos casos vão a dezembro/2001). Já a execução do MS 6864 vai de abril/2000 a novembro/2003. Como os exequentes do MS 4151 receberam, por implementação em contracheque, valores dos 3,17% de janeiro/2001 a abril/2002, quem não for excluído da execução da ANFIP poderá ter seus valores deduzidos ao final do processo, já que o período coincide com a execução da Associação.

Atualmente, as execuções da ANFIP estão sob relatoria do ministro Nefi Cordeiro, que também é o magistrado responsável pelas execuções da Fenafisp. As advogadas, após algumas diligências no gabinete do ministro, alertaram que aqueles que desistirem da execução do MS 6864 de forma espontânea, serão condenados em uma sucumbência simbólica de cerca de R\$ 500. Já aqueles que não se manifestarem e forem excluídos de ofício pelo atual relator, poderão ser condenados em valores de 10%

sobre o valor executado, o que representaria um montante de R\$ 6.000 a R\$ 7.000, aproximadamente.

Desta forma, o Setor Jurídico da ANFIP orienta, mais uma vez, que aqueles associados que permanecem na condição de litispendência devem optar, o mais brevemente possível, por uma das execuções. Para isso, basta que o associado entre em contato com ambas as entidades para se inteirar das execuções. Caso o associado opte por desistir da execução da ANFIP, deverá ser preenchido um termo de desistência e pago um valor de R\$ 700 ao escritório Mota, a título de honorários, uma vez que o processo tramita desde o ano de 2000.

Por último, a Associação informa que, para iniciar a execução de um mandado de segurança, como foi o caso, não foi necessária a autorização individual dos associados, uma vez que a Entidade atuou no writ como substituta processual da categoria, o que é reconhecido pela legislação. No MS 4151, impetrado pela Fenafisp, também não houve a autorização dos exequentes.

<p>Expediente Linha Direta</p>			
<p>Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907 Telefone: (61) 3251.8100 Whatsapp: (61) 98289.5150</p> <p>Linha Direta é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.</p> <p>Envie seus comentários sobre o Linha Direta para o email: comunicacao@anfip.org.br</p>	<p>DIRETOR RESPONSÁVEL Benedito Cerqueira Seba</p> <p>EDITOR Ludmila Machado</p> <p>REPORTAGEM Daiana Lima, Taynara Aires e Ludmila Machado</p> <p>ESTAGIÁRIO Manina Rodrigues Thayná Rodrigues</p>		<p>EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA Gilmar Vitalino e Allan Vitalino</p> <p>CONSELHO EDITORIAL Décio Bruno Lopes Eucélia Maria Agrizzi Mergár Crésio Pereira de Freitas José Arinaldo Gonçalves Ferreira Benedito Cerqueira Seba Cesar Roxo Machado</p>
www.instagram.com/anfipnacional	www.facebook.com/anfip.nacional	www.twitter.com/anfipnacional	www.youtube.com/anfipoficial

ANFIP Conectada: Jurídico promove segundo webinar sobre ações judiciais

Depois da excelente receptividade do primeiro webinar do Jurídico, a ANFIP volta a reunir seus associados no dia 28/7, às 14h30, para dar continuidade ao compartilhamento de informações judiciais. É uma forma de manter todos os interessados em contato direto com os patronos das principais ações da Entidade em tramitação no Judiciário.

O webinar contará com a presença do escritório Innocenti Advogados Associados e do advogado Arthur Régis, que abordarão GIFA, GDAT e Licença Prêmio.

A reunião será transmitida pela plataforma Zoom e em ambiente restrito do Youtube. O link do webinar e os dados para acesso (ID e senha) serão enviados um dia antes da reunião, por WhatsApp, para os associados que tiverem seu número de celular atualizado no cadastro da ANFIP.

Para participar do webinar, o associado precisa baixar o aplicativo Zoom no seu celular ou computador, da seguinte forma:

1º – No seu aparelho celular, abra a loja de aplicativos Play Store (Android) ou App Store (iOS)



2º – Clique na busca (lupa) e, no campo de pesquisa, digite “Zoom”

3º – Escolha a opção “zoom cloud meetings”

4º – Clique em instalar

5º – Depois de instalado, vá até o aplicativo Zoom (já no seu aparelho) e clique para abrir

6º – Na próxima janela, clique na mensagem “Ingressar em uma reunião”

7º – Aparecerá uma nova aba para digitar o ID da reunião, além do seu nome e UF no campo indicado. Por

fim, clique em “Ingressar na Reunião.”

8º – Por último, digite a senha da reunião

Durante a reunião virtual, o Departamento Jurídico da ANFIP não estará disponível para atendimentos, já que também estará participando do webinar, quando todos os participantes poderão fazer questionamentos por meio do chat do próprio sistema Zoom. Se preferirem, poderão encaminhar as perguntas para o e-mail juridico@anfip.org.br ou para o WhatsApp (61) 98176.9051.

Você acha justo? Para ANFIP, atual modelo de tributação do IRPF amplia desigualdades sociais

Quer saber mais sobre o Imposto de Renda Pessoa Física? O canal “Você acha justo?”, que faz parte de uma campanha da sociedade civil por uma reforma tributária solidária, justa e sustentável, com apoio da ANFIP, detalha, em vídeo, como estão distribuídas as alíquotas do IRPF.

E para explicar melhor, o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Cesar Roxo Machado, fala da perversidade do sistema que faz com que quem ganha R\$ 5 mil tenha a mesma alíquota incidente de quem ganha R\$ 500 mil por mês. “A tributação da renda da pessoa física no Brasil é extremamente perversa e acentua as desigualdades sociais”, destaca Cesar Roxo.



Acesse o link www.youtube.com/VoceAchaJusto para conhecer as alternativas para este modelo tributário e para se inscrever no canal.

Cadernos da Reforma Administrativa qualificam debate sobre o setor público



Com a expectativa de que o governo envie ao Congresso Nacional o conteúdo da Reforma Administrativa, as entidades que integram o Fórum das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), entre elas a ANFIP, divulgam os “Cadernos da Reforma Administrativa”, com o objetivo de qualificar ainda mais o debate junto ao governo e ao parlamento.

Apesar de não ter detalhado os pilares da reforma que será apresentada, o governo já adiantou alguns pontos que defende: como o fim da estabilidade no serviço público, revisão dos salários iniciais e a redução no número de carreiras.

Os Cadernos da Reforma Administrativa irão percorrer alguns

dos principais aspectos que deveriam compor o centro de qualquer reforma, voltada à racionalização da estrutura estatal e à melhoria do desempenho institucional agregado do setor público brasileiro, medido este não apenas pelo critério rápido e fácil da eficiência do gasto público, mas principalmente pelos critérios da eficácia e efetividade da ação pública.

Divididos em 4 módulos, a íntegra dos Cadernos está disponível para acesso on-line no site da ANFIP e tratam dos seguintes assuntos: 1 – O debate sobre produtividade e os caminhos para o crescimento econômico no Brasil; 2 – O ciclo laboral no setor público brasileiro; 3 – A regulamentação do direito de negociação coletiva e de greve no setor público; e 4 – A verdade sobre os números do emprego público e o diferencial de remunerações frente ao setor privado no Brasil.

Frente Mista do Serviço Público define localidades dos próximos webinários estaduais



Em reunião na segunda-feira (13/7), mediada pelo vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial da ANFIP, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, a Frente Parlamentar Mista do Serviço Público discutiu estratégias de defesa do serviço público. O assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, também acompanhou o encontro virtual.

Na ocasião, as lideranças que compõem a Frente avaliaram os webinários que estão sendo realizados nos estados e definiram Espírito Santo

como o próximo estado a receber o debate, que acontecerá no sábado (18/7), às 15h.

Ao comentar os eventos, José Arinaldo Ferreira elogiou a participação de parlamentares nos debates, pois, segundo o vice-presidente, é importante obter opiniões externas às do grupo. “Nós somos um grupo, e um grupo tende a pensar de maneira uniforme. A condução do deputado Mauro Benevides Filho (PDT/CE) no último webinário foi muito coerente e trouxe

uma visão do serviço público em tempos de pandemia”, afirmou.

O cenário do teletrabalho, que foi um dos temas tratados no último debate, permaneceu em pauta na avaliação das entidades.

Na reunião, os representantes também redefiniram a periodicidade das reuniões da Frente, que anteriormente eram semanais e, a partir desta semana, passam a ter frequência quinzenal. O próximo encontro ocorrerá no dia 27 de julho.

Webinários

Os webinários estaduais reúnem entidades, servidores e parlamentares para apresentarem posicionamentos sobre o serviço público. O objetivo é manter a sociedade informada sobre as ações do governo que atingem esses trabalhadores.

Confira o calendário das próximas edições:

- 18/07- Espírito Santo
- 25/07- Rio Grande do Sul
- 01/08- Mato Grosso do sul
- 08/08- Pará
- 15/08- Amapá

Entidades levam ao Ministério da Economia pleitos das carreiras de Estado

Representantes das entidades que integram o Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), entre eles o presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, voltaram a estreitar o diálogo, na quarta-feira (15/7), com a Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP) do Ministério da Economia. Na pauta, temas de interesse do funcionalismo. De acordo com Cléber Izzo, diretor de Relações de Trabalho no Serviço Público, o objetivo é conhecer cada vez mais as demandas das carreiras e ser mais resolutivos nos temas tratados.

Na oportunidade, as entidades sugeriram à Secretaria a realização conjunta de conferência on-line sobre governo digital, inteligência artificial e teletrabalho no serviço público, conforme definição aprovada na **Assembleia Geral** do Fórum, realizada na terça-feira (14/7).

Izzo disse ainda que a temática do evento é do interesse da SGP e se comprometeu a analisar com o secretário Wagner Lenhart sua participação na Conferência sugerida pelo Fórum.

No encontro, no qual a Secretaria foi representada por Izzo e José Borges Filho, coordenador-geral de Negociação Sindical no Serviço Público, foi definida uma agenda para que o governo comece a dar respostas para os servidores. Como a solicitação de elevação do percentual de servidores em licença para capacitação, em função da redução ocorrida com o Decreto 9.991/2019, que Wagner Lenhart já havia se comprometido a retornar ao percentual de 5%.

Outras pautas que as entidades cobraram retorno foi sobre: reduzir o tempo de refeição previsto no Decreto 1.590/95, de 1h para 30min; e reverter a exclusão dos dirigentes liberados para o exercício de mandato classista da folha de pagamento da União.

Especificamente nesses três pontos, que desde o ano passado são



debatidos entre o Fórum e a Secretaria, foi estabelecido um prazo até o começo de agosto para respostas concretas.

Na reunião, foi cobrada novamente a posição do governo sobre a ampliação do teletrabalho e das medidas que serão adotadas para eventual retorno às atividades presenciais.

Sobre essa questão, Izzo destacou que o Ministério da Economia divulgou um comunicado estabelecendo uma série de exigências e diretrizes para que cada órgão avalie a hora certa e as condições da retomada. Mas, de fato, o assunto ainda não está bem resolvido.

E, por fim, foi tratado novamente da dificuldade que as áreas de recursos humanos estão tendo para atenderem pedidos de aposentadoria, após a reforma da Previdência (Emenda Constitucional 103/2009), em função de entraves no sistema de pessoal.

Izzo respondeu que já estão analisando os casos apresentados por alguns órgãos e que a demanda deve ser resolvida em breve.

Os encontros entre o Fonacate e a SGP devem ser realizados com mais frequência, segundo os representantes da Secretaria. Para Rudinei Marques, o fato demonstra boa vontade de ambas as partes na construção dialógica da melhoria do serviço público no país.

Assembleia geral - Na terça-feira (14/7), durante assembleia geral extraordinária, o Fonacate discutiu pontos relevantes sobre

as reuniões realizadas com a SGP/ME; ampliação do teletrabalho no serviço público; avaliação do possível retorno às atividades presenciais do funcionalismo; além de ações da Comissão Parlamentar da entidade. Pela ANFIP, o presidente Décio Bruno Lopes e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Wilson Antonio Romero, acompanharam a reunião virtual conduzida por Rudinei Marques, presidente do Fórum.

O presidente da ANFIP, Décio Lopes solicitou apoio do Fórum em relação aos períodos de férias dos servidores. “O ministério da Economia precisa reavaliar e compreender que o servidor, bem como toda a sociedade, foi pego de surpresa com a pandemia. Não tínhamos esse script, temos o direito de rever o período de férias para aproveitá-lo em um novo momento”, ressaltou Décio Lopes.

O assessor de Estudos Socioeconômicos, Wilson Antonio Romero, ponderou aos participantes a importância de as carreiras realizarem um levantamento em suas respectivas entidades para entender a necessidade de seus filiados. “Devemos ter um diagnóstico das condições de trabalho em *home office*. Dentro desse quesito, vamos avaliar quais exigências têm sido feitas aos servidores, as questões emocionais e os que os servidores pensam sobre o retorno da atividade presencial”, frisou.

Comissão Especial da Reforma Tributária discute retomada dos trabalhos

A ANFIP acompanhou nesta quinta-feira (16/7) a reunião técnica que discutiu a retomada, na Câmara dos Deputados, dos trabalhos da Comissão Especial da Reforma Tributária – PEC 45/2019. Com presidência do deputado Hildo Rocha (MDB/MA) e participação do relator da PEC, Aguinaldo Ribeiro (PP/PB), e do autor da proposta, deputado Baleia Rossi (MDB/SP), a reunião contou ainda com a presença de diversos parlamentares, via plataformas virtuais.

Ainda que os discursos das principais lideranças que conduzem o debate da matéria tenham destacado a importância de a reforma focar na competitividade empresarial e na necessidade da melhoria do ambiente para o setor privado, como observou o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, o trabalho da Reforma Tributária Solidária, desenvolvido pela ANFIP e pela Fenafisco, foi citado pelo deputado Luis Miranda (DEM/DF), presidente da Frente Parlamentar da Reforma Tributária. “Quando criamos a Frente, com a assinatura de mais de 200 parlamentares, estávamos baseados em

uma proposta inicial da ANFIP, tratando de uma Reforma Tributária Solidária. Isso significa que o Brasil é o país que tem o sistema mais desigual e desonesto do mundo. Possuímos uma categoria que manda na nação e que não paga praticamente nada”, destacou.

Na oportunidade, Miranda solicitou que a PEC 128/2019, com o conteúdo da Reforma Tributária Solidária, que aguarda análise da Comissão de Constituição e Justiça, seja apensada à PEC 45/2019. “Gostaríamos de ter participação e sermos escutados com a PEC 128, que tem pontos importantes para serem aproveitados. Ela é moderna e está à frente do seu tempo”, enfatizou. Conforme explicou o parlamentar, a proposta desonera o consumo. “As propostas hoje vigentes tratam de simplificação. Mas precisamos de um modelo que reduza o imposto sobre consumo. Temos uma população em que 80% ganha menos de um salário mínimo”, disse sobre os pontos que precisam ser observados.

Reformas – Em sua fala, Rodrigo

Maia confirmou que as reformas trabalhista e previdenciária não favoreceram o crescimento econômico como o governo previa, fato esse amplamente tratado pela ANFIP, que fez alertas constantes de que a Previdência não era o problema econômico do país. A via para o crescimento agora, conforme acredita Maia, é a reforma tributária, seguida da reforma administrativa.

“Fizemos reformas anteriores e a economia não cresceu. Em todos esses momentos tínhamos a expectativa de que a economia fosse crescer 3% ou 4%. Não cresceu e não iria crescer esse ano, mesmo antes da pandemia, nem 2%”, afirmou. Maia está convencido também de que o sistema tributário brasileiro segura o crescimento da economia. “O sistema tributário hoje gera muito litígio, temos mais de R\$ 1,5 trilhão em litígio e temos um sistema complexo para as empresas. A reforma vai ampliar o investimento de empresas no Brasil”, disse ao reforçar a importância de a reforma trazer “maior segurança jurídica para o setor privado e um sistema tributário simplificado”.

BENEFÍCIOS

DF: Garanta sua prótese dentária com a Preodonto

A perda de um único dente pode gerar desequilíbrios na fala e na mastigação, além de contribuir para a movimentação de outros dentes, comprometendo ainda mais o sistema mastigatório.

Pensando nisso, a clínica Preodonto,

parceira da ANFIP, com atendimento em Brasília (DF), oferece prótese dentária unitária, que pode ser confeccionada sobre o remanescente do dente – raiz – ou sobre um implante dentário.

As próteses visam restabelecer o

equilíbrio de todo conjunto e melhorar a estética do sorriso. Tudo para garantir o seu conforto e proteção dentária!

Agende seu horário! Entre em contato pelo telefone (61) 3345-1042 ou pelo WhatsApp (61) 98401-4634.

Quality Hotel Brasília tem tarifas diferenciadas

Associado, faça agora mesmo a sua reserva na rede Quality Hotel e Suítes Brasília, com nosso código promocional:

ANFIP15. A tarifa diferenciada, com 15% de desconto, também pode ser utilizada por seus familiares nas reservas

de fim de semana. Acesse a plataforma de benefícios no site da ANFIP e faça sua reserva!

Descontos de até 60% no Cruzeiro do Sul Educacional

O grupo educacional Cruzeiro do Sul, parceiro da ANFIP, está com uma oportunidade imperdível para os associados interessados em graduações presenciais. Até o final do curso, descontos de 40%, 50% e 60%, com isenção de matrícula, estão sendo oferecidos de

acordo com as condições estabelecidas e são válidas para matrículas realizadas entre os dias 10 e 31 de julho de 2020.

Vale lembrar que o Cruzeiro do Sul é a 3º maior instituição de ensino do Brasil, sendo reconhecido internacionalmente. Não perca a chance de ter o melhor ensino

por preços que cabem no seu bolso!

Acesse www.cruzeirodosulcorporativa.com.br e matricule-se no curso dos seus sonhos! Em caso de dúvidas, entre em contato pelo telefone (11) 2178-1591 – também disponível no WhatsApp – ou pelo e-mail amanda.rocha@cruzeirodosul.edu.br.